



CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS

CURSO DE PSICOLOGIA

CRISTIANO NOGUEIRA GOMES

**VULNERABILIDADES PSICOSSOCIAIS DE JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E
NÃO TRABALHAM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

FORTALEZA – CE

2022

CRISTIANO NOGUEIRA GOMES

VULNERABILIDADES PSICOSSOCIAIS DE JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO
TRABALHAM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: ^aMa. Wlândia Guimarães Pereira Nogueira.

FORTALEZA-CE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do Centro
Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N778v Nogueira Gomes, Cristiano.

Vulnerabilidades psicossociais de jovens que não estudam e não
trabalham :uma revisão integrativa / Cristiano Nogueira Gomes. -
2022.

36 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Psicologia, Fortaleza,
2022.

Orientação: Profa. Ma. Wlândia Guimarães Pereira Nogueira.

1. Jovens. 2. Vulnerabilidade psicossocial. 3. Políticas públicas. I.
Título.

CDD 150

CRISTIANO NOGUEIRA GOMES

VULNERABILIDADES PSICOSSOCIAIS DE JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E
NÃO TRABALHAM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Wlândia Guimarães Pereira Nogueira.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Wlândia Guimarães Pereira Nogueira (Orientadora)

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Prof.^a Dra. Nathassia Mathias de Medeiros

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Prof.^a Dra. Sílvia Barbosa Correia

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Sagrado divino- nosso Criador e Nossa Senhora Mãe de toda a humanidade que por meio do entendimento do caminho de fé e espiritualidade, fortaleceu-me durante os dias deste ciclo acadêmico. Agradeço as minhas primeiras professoras do ensino infantil, fundamental e do ensino médio que me fizeram sonhar com o universo das palavras e do conhecimento em suas respectivas áreas. Essas mestras do saber fizeram da escola pública um local de construção de novos sonhos e objetivos.

Agradeço imensamente minha família nuclear em notável reconhecimento e sublime gratidão a minha mãe Maria Neide, meu pai Francisco Pereira, meu sobrinho Gustavo Gomes e meus irmãos Flávio Gomes e Rosineide Nogueira sem os quais não conseguiria prosseguir pois tal suporte foi extremamente necessário para o meu desenvolvimento enquanto acadêmico de psicologia.

Agradeço especialmente a minha turma da graduação, com a qual criamos vínculos formidáveis em torno das construções coletivas e individuais do fazer em Psicologia. Nesse encontro fomos suporte um para o outro tanto no singular quanto na perspectiva plural; contudo, com muito afeto genuíno sou especialmente grato às presenças de meus colegas Fernando Ribeiro, Victoria Maria, Rebeca Santiago, Ariane Alexandre, Mara Layane estes foram presenças gratificantes nesta caminhada. Também sou grato à turma de Psicologia, com a qual criamos afinidades desde o início do curso, são os queridos amigos (as) Camila, Grazielle, Cintia, Adriane, Igor, Thaissa, Carlos, Karla, Simone, Joana Esteves, Júnior, Fabiana, Lucas, Júlia, todos(as) foram fundamentais para meu aprendizado e êxito nas disciplinas. Sou agradecido aos amigos Dalila, Alexandre Parente, Lincoln Marques, Marcos Aurélio, Júnior Pessoa, e aos (às) Psicólogos(as) Renne, Lucas, Patrícia e Andrea. Agradeço singularmente ao corpo docente, às estimadas e aos estimados Rafael Ayres, Darla Moreira, Annatália Gomes, Dilene, Aline Moita, Elivia, João Vitor, Dário Júnior, Selênia, Selene, Luciane, Bruno, Daniel, Elaine, Myrella, Felipe Pinho, Ronaldo Pires, Juliana, Karline, Luis Benicio, Ilana Gondim, faço meus agradecimentos com distinção a professora: Bárbara Lucena, a minha Orientadora e professora desde os primeiros semestres a formidável professora: Wladia Guimarães Pereira Nogueira, sou especialmente grato também às professoras: Silvia Barbosa Correia e a Nathassia Mathias de Medeiros por

confiarem minha pessoa em minha atuação enquanto produtor de conteúdo científico. Meu agradecimento pela troca de conhecimento em prol do êxito desta pesquisa concretizada.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma a vulnerabilidade psicossocial influencia a juventude que não estuda e não trabalha. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura do tipo integrativa - que consiste em uma síntese de diversos estudos e conceitos por meio de etapas definidas de seleção e avaliação de estudos - sobre artigos que discutem a temática, de modo a observar não só as definições dos termos jovens “nem-nem” e vulnerabilidade social, mas em quais teorias os autores se debruçam sobre esse aspecto conceitual e quais aproximações e distanciamentos dos nossos objetivos podem vislumbrar. Para tal propósito, investigaram-se os descritores “jovens nem-nem”, “jovens e vulnerabilidade social”, “jovens e políticas públicas”, nas bases de dados Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Brasil), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio da leitura e análise de conteúdo dos textos foram selecionados 29 artigos e dividindo-os em três categorias conceituais foram abordados e discutidos o aspecto multifacetado da vulnerabilidade psicossocial; a relação entre vulnerabilidade e juventude e as possíveis soluções em políticas públicas para o enfrentamento dessa condição entre os jovens. Na presente pesquisa não se pretendeu esgotar a discussão sobre o conceito de jovem em vulnerabilidade psicossocial, mas trazer um panorama mais crítico do que se tem produzido na literatura recente quanto a essa temática. Com isso, aponta-se a necessidade de profundas e sérias mudanças na formulação de políticas públicas voltadas aos jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente respeitando a subjetividade por meio da escuta, do apoio e o acolhimento não apenas da área da Psicologia, mas de todos os profissionais ligados à saúde mental, à cidadania e aos direitos humanos.

Palavras-chave: Jovens. Vulnerabilidade Psicossocial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze how psychosocial vulnerability influences young people who do not study and do not work. To this end, an integrative literature review was carried out- which consists of a synthesis of several studies and concepts based on defined stages of selection and evaluation of studies - on articles that discuss the theme, in order to observe not only the definitions of the terms young “nem-nem” and social vulnerability, but in which theories the authors focus on this conceptual aspect and which approximations and distances from our objectives can we envision. For this purpose, the descriptors "young people and social vulnerability", and "young people and public policies", were investigated in the databases Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), SciELO - Scientific Electronic Library Online (Brazil), Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Through reading and content analysis of the selecteds 29 articles and dividing them into three conceptual categories, the multifaceted aspect of psychosocial vulnerability was approached and discussed; the relationship between vulnerability and youth and possible solutions in public policies to face this condition among young people. This research was not intended to exhaust the discussion on the concept of young people in psychosocial vulnerability but to bring a more critical overview of what has been produced in the recent literature regarding this theme. And these point to the need for profound and serious changes in the formulation of public policies aimed at young people in vulnerable situations, mainly respecting subjectivity through listening, support and acceptance not only from the field of Psychology but from all professionals linked to mental health, citizenship and human rights.

Keywords: Young People. Psychosocial Vulnerability. Public Policy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. MÉTODO	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
3.1 Jovens “nem-nem”: caracterização e conceituações.....	18
3.2 Jovens e vulnerabilidades psicossociais: subjetividades e dilemas.....	22
3.3 Jovens e Políticas Públicas: a “inclusão excludente”.....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFERÊNCIAS.....	35
6. ANEXOS	42

01. INTRODUÇÃO

Trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade social exige a adoção de uma visão complexa capaz de articular a dimensão psíquica com o contexto social, político e econômico. Neste trabalho, o uso do termo jovem faz referência a uma faixa etária expandida entre os 15 e os 29 anos de idade conforme a legislação brasileira para o Estatuto da Juventude, vale ressaltar que existem distintas definições de jovens entre as organizações como por exemplo a ONU e a OMS (BRASIL, 2013). Nomeados de jovens “nem nem”, do inglês *NEET* (*neither in employment nor in education or training*) foi o conceito compartilhado para nomear essa condição dos jovens em países como Inglaterra e Japão em meados da década de 1990. No Brasil, a expressão é derivada do conceito *ni ni* – do espanhol *ni estudian ni trabajan* – socializado no contexto latino-americano (SILVA JUNIOR; MAYORGA, 2019).

De acordo com a última “Síntese de Indicadores Sociais” realizada em 2021, um em cada cinco adolescentes e jovens de 15 a 29 anos está nessa situação, o que corresponde a 12,7 milhões de pessoas. A maioria é de: jovens com filhos; com menor escolaridade; mulheres; negros ou pardos; e membros de famílias cuja renda per capita é de até meio salário-mínimo. Entre 2014 e 2016, período que corresponde ao agravamento da crise econômica no Brasil e consequente aumento do desemprego, o número desses adolescentes e jovens aumentou em todas as regiões do país. São os jovens os que mais sofrem com os efeitos da crise no mercado de trabalho em nosso país. (PNAD CONTÍNUA/IBGE, 2021).

São inúmeros os aspectos que têm dificultado os adolescentes e jovens exercerem suas atividades escolares e laborais, como não haver ocupação na sua localidade; não conseguir ocupação por ser considerado muito jovem; ter problemas de saúde; engravidar; não possuir experiência profissional ou qualificação; entre outros. Destaca-se que as mulheres têm 1,7 vez mais chance que os homens de não estudar nem trabalhar. Em nosso país, muitas mulheres jovens ainda são excluídas do mercado de trabalho por lhes serem atribuídas as tarefas de cuidados dos filhos ou de outros parentes e afazeres domésticos. (PNAD CONTÍNUA/IBGE, 2021).

Entretanto, antes de aprofundarmos nossa problemática, fazem-se necessários breves esclarecimentos sobre a conceituação “nem-nem” e o modo como é geralmente abordada. Primeiramente, é preciso um cuidado ético ao empregarmos o termo “geração nem-nem”, a fim de que não sirva para estigmatizar e rotular uma grande parte dos adolescentes brasileiros, ou seja, essa expressão não deve ser utilizada de modo pejorativo.

Segundo Barros (2018), a questão dos jovens que não estudam nem trabalham é deveras complexa e remete ao que nossa sociedade considera que eles deveriam estar fazendo neste momento de seu desenvolvimento: estudar e/ou trabalhar. De maneira geral, os trabalhos sobre essa condição dos jovens “compartilham de uma perspectiva formalista dessas experiências, ou seja, tomam como referência de escolarização a matrícula em instituições formais de ensino e, como trabalhar, o trabalho formal, tomado, em grande medida, como emprego.” (SILVA JUNIOR; MAYORGA, 2019, p. 14).

Assim, podemos dizer que a juventude é um período povoado de *vulnerabilidades*. Aqui o plural denota a existência de, pelo menos, três diferentes faces de situação de vulnerabilidade intimamente ligadas: econômica, social e subjetiva. A noção de vulnerabilidade social ganhou um status conceitual cuja definição é complexa, multifacetada e estruturada por meio dos mais variados olhares.

Para não correremos o risco de perder-se em face dessa multiplicidade, precisamos ter em mente duas questões principais: qual é a abrangência de uma situação de vulnerabilidade social? Quais são as consequências de se atribuir a condição de vulnerabilidade social a um jovem? Tais questões envolvem uma gama de marcas identitárias produzidas pela própria condição de vulnerabilidade social: ser pobre, ser negro, ser da periferia, ser analfabeto e/ou ser morador de comunidade. Esses rótulos tanto determinam os lugares sociais estigmatizados quanto produzem as marcas identitárias com repercussões que ultrapassam o plano econômico e social, causando efeitos na dimensão subjetiva. (KLAUTAU, 2017, grifo da autora).

Essa construção multidimensional vem ao encontro de estudos preconizados pela nossa área de estudo, a Psicologia, que visa a um olhar mais amplo sobre o sujeito, percebendo os vários fatores implicados nessa subjetividade. Enquanto ciência, a Psicologia também possibilita compreender a subjetividade presente nas interações entre os indivíduos e entre os indivíduos e o social, considerando a influência dos comportamentos dos sujeitos sobre os grupos. (SCOTT *et al.*, 2018).

Neste sentido, a condição do jovem em vulnerabilidade não pode ser compreendida de outro modo que não seja multidimensional e heterogênea, isto é, que envolve tantos aspectos objetivos quanto subjetivos. E por compreendermos que as dimensões objetivas e subjetivas embora distintas não possam ser dicotomizadas é que utilizaremos neste trabalho o termo “vulnerabilidades psicossociais”, entendidas como fragilidades psíquicas

decorrentes de situações sociais que geram desamparo e sofrimento. (GOMES; MAHEIRIE; CÔRREA, 2022).

Dessa forma, esta pesquisa se iniciou da seguinte questão norteadora: “De que forma a vulnerabilidade psicossocial influencia a juventude a não estudar e a não trabalhar?” entendendo que instabilidade econômica pode converter-se em instabilidade emocional, levando os sujeitos a um estado contínuo de vulnerabilidade psíquica, traduzida em ansiedade, ambiguidade e incerteza. Nesse contexto, quanto mais agudas as dificuldades econômicas vivenciadas pelos jovens, maior sua fragilidade em cumprir os complexos papéis que lhe são exigidos.

Nosso objetivo não é descrever o fenômeno em termos quantitativos e estatísticos, nem se limitar aos fatores econômicos e sociais daí decorrentes. A pretensão deste trabalho, ainda que limitadamente, é “sair de análises de posições, morfologias estáticas, e reconhecer processos contemporâneos, remodelações de relações sociais nas quais, sublinhamos a cultura e a subjetividade” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 145).

Para Bellenzani e Malfitano (2006) o conceito de vulnerabilidade psicossocial desdobra-se em duas dimensões: vulnerabilidade social e vulnerabilidade psíquica. Esta última é pertinente à nossa proposta por considerar fatores potenciais que condicionam ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do “jovem nem-nem”. Tais fatores estariam relacionados tanto ao universo histórico-social e cultural deles, ou seja, à dimensão da vulnerabilidade social quanto às suas experiências de vida singulares que, combinados, constituem suas subjetividades.

Os estudos de Mandelbaum e Ribeiro (2017) e Jackman e MacPhee (2015) demonstram que existe uma relação positiva entre os diferentes comportamentos de risco postulando a existência de uma síndrome de problemas de comportamento na juventude, cuja manifestação depende da influência de um conjunto de fatores determinantes (dificuldade financeira, convivência familiar, social, na escola, uso de substâncias abusivas) de natureza psicossocial.

Quando se trata de políticas públicas voltadas à realidade desses jovens, o resultado revela-se desanimador: o Estado atua de uma forma pontual, descontínua e dotada de pouco impacto na realidade social, contribuindo para a reprodução do *status quo* e falhando na tarefa de agregar dignidade à existência desses jovens.

Reconhecer a heterogeneidade dos jovens “nem-nem” coloca em risco intervenções públicas baseadas em diagnósticos tradicionais, que desconsideram múltiplas fragilidades psicossociais como desalento, depressão, baixa autoestima, preconceito etc., vinculando os problemas dos jovens no mercado de trabalho apenas à formação e à qualificação inadequadas e à falta de experiência profissional. (ROCHA *et al.*, 2020).

Desse modo, o presente estudo se justifica pelas ações dessa natureza que apresentam um panorama dos jovens em vulnerabilidade psicossocial para incentivo de discussões sobre a temática e colaboração para, possivelmente, propiciar transições de escola-trabalho mais bem-sucedidas nos respectivos contextos dos jovens, levando em consideração as multi vulnerabilidades apresentadas particularmente para cada jovem. Na presente pesquisa não se pretende esgotar a discussão sobre o conceito de jovem em vulnerabilidade psicossocial, mas trazer um panorama mais crítico do que se tem produzido na literatura recente quanto a essa temática.

Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura do tipo integrativa que consiste em uma síntese de diversos estudos e conceitos por meio de etapas definidas de seleção e avaliação de estudos sobre artigos que discutem a temática, de modo a observar não só as definições dos termos jovens “nem-nem” e vulnerabilidade social, mas em quais teorias os autores se debruçam sobre esse aspecto conceitual e quais aproximações e distanciamentos dos nossos objetivos podem vislumbrar.

Assim, nosso objetivo geral será analisar de que forma a vulnerabilidade psicossocial influencia a juventude a não estudar e não trabalhar, decorrendo os seguintes objetivos específicos: conceituar o aspecto multifacetado da vulnerabilidade psicossocial; discutir acerca da relação entre vulnerabilidade e juventude e refletir sobre as possíveis soluções em políticas públicas para o enfrentamento dessa condição entre os jovens.

02. MÉTODO

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão integrativa que se constitui em um método de análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre determinado tema, sintetizando vários estudos já publicados e revisados por pares, gerando novos conhecimentos. Ao denominar-se integrativa, significa que integra opiniões, ideias e conceitos oriundos das pesquisas utilizadas neste método. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Souza, Silva e Carvalho (2010) pontuam que a revisão integrativa perpassa não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também pelo pensamento crítico que a prática cotidiana necessita. Destacam que a revisão integrativa deve compreender seis fases em seu processo elaborativo: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados e 6) apresentação da revisão integrativa.

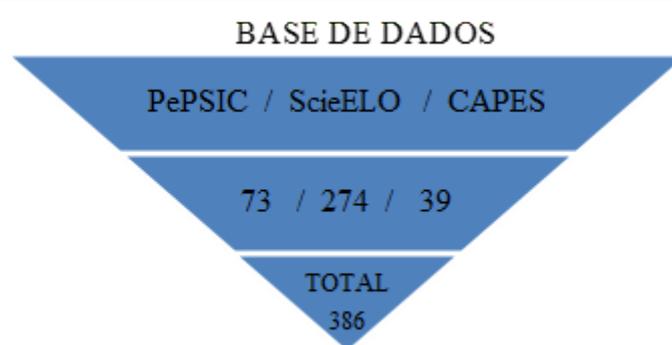
A partir da pergunta central “De que forma a vulnerabilidade psicossocial influencia a juventude a não estudar e não trabalhar?”, foram selecionadas as seguintes bases de dados: Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Brasil), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados tanto separadamente quanto combinados para uma maior precisão por meio do operador booleano AND, foram “jovens nem-nem”, “jovens e vulnerabilidade social” e “jovens e políticas públicas.”

Optou-se por um intervalo de tempo extenso devido à possibilidade de não haver muitas produções, isto é, de 2000 a 2020. Apesar de 2005 ter sido um ano significativo no que diz respeito à juventude com a promulgação da lei que criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a hipótese inicial se confirmou por encontrarmos poucas publicações que se referissem, especificamente sobre nosso tema.

Sobre os critérios de inclusão foram selecionados os artigos que apresentassem uma dessas categorias conceituais eleitas por este trabalho, a saber, 1) jovens que não estudam e não trabalham (nem-nem), 2) a relação desses jovens com vulnerabilidades e 3) sobre políticas públicas voltadas a eles, disponibilizadas de forma completa e em português. Como critérios de exclusão, foram descartadas teses, dissertações, livros, artigos repetidos e/ou duplicados, não disponíveis na íntegra, artigos em outro idioma, que não tratassem da temática

disposta, embora apresentassem os descritores ou incluíssem outras categorias em suas discussões. O período de busca dos artigos nas bases de dados selecionadas ocorreu entre os meses de abril e maio de 2022. Foram identificados 386 estudos, conforme parâmetro observado na figura 1.

Figura 1 – Processo de levantamento dos artigos (n=386), incluídos na revisão integrativa. Fortaleza (CE), Brasil, 2022.



Fonte: 1 – Própria autoria.

Após a coleta desses dados, o método que optamos é o de análise de conteúdo que consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 2011, p. 48).

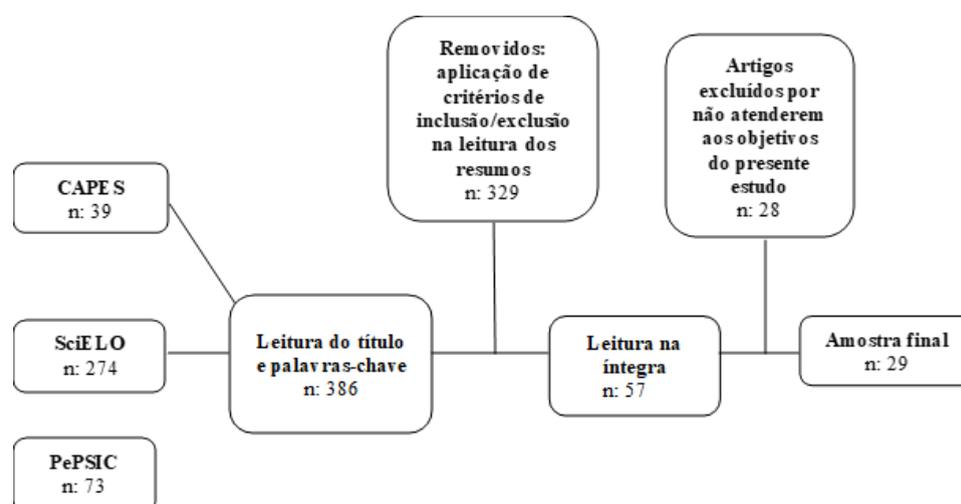
De acordo com Sampaio e Lycarião (2021), nos poucos estudos sobre a aplicação da análise de conteúdo em pesquisas brasileiras, Bardin é a autora mais acionada, e sua definição, ou variações desta a mais visitada.

Como a abordagem utilizada por esta pesquisa foi a análise de conteúdo, em que a interpretação dos dados enquanto etapa posterior a coleta dos dados funciona tanto para desenvolvimento quanto para seleção desses dados. Conforme Bardin (2011) temos duas estratégias de como trabalhar os textos: codificá-los, ou seja, categorizar e desenvolver a teoria e a análise sequencial do texto, reconstruindo-o. A primeira é a mais adequada pois refere-se à codificação teórica, temática, à análise qualitativa do conteúdo.

03. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento (fig. 1), foram identificados 386 estudos, sendo disponibilizados 39 na plataforma CAPES, 73 no PePSIC e 274 no SciELO. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram considerados 57 artigos para leitura na íntegra. Nesses trabalhos, inicialmente, foi realizada a leitura flutuante, a fim de verificar se estavam presentes concepções de jovens nem-nem, vulnerabilidades e políticas públicas. Ao longo das análises, encontraram-se 28 artigos cujas informações não estavam evidentes no resumo, e identificou-se, somente após a leitura na íntegra, que o seu conteúdo não correspondia ao objeto do estudo em questão. A amostra final foi composta por 29 artigos. (fig.2).

Figura 2: Seleção dos artigos



Fonte: Fluxograma da seleção dos estudos adaptado do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA 2015). Fortaleza (CE), Brasil, 2022.

Dessa forma buscando compreender como a sociedade científica tem trabalhado com o tema dos jovens nem-nem e vulnerabilidades psicossociais na sociedade contemporânea a busca de dados revelou uma diversidade de temas e contexto em relação ao fenômeno em questão. Os estudos integrados nesta pesquisa continuam a apontar que os estudiosos na temática ainda mantêm uma perspectiva complexa para definir os aspectos psicossociais que condicionam esses jovens que teoricamente não trabalham nem estudam.

Os dados obtidos foram submetidos ao método de análise de conteúdo categorial (FLICK, 2009), cujos resultados foram organizados nas seguintes categorias, a saber: 1)

jovens que não estudam e não trabalham (nem-nem), 2) a relação desses jovens com vulnerabilidades e 3) jovens e políticas públicas. Nas duas seções a seguir, serão apresentados tanto os artigos analisados bem como discutidos os resultados de cada categoria.

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados por categorias conceituais, título, autores e ano. Brasil; 2000-2020.

Categoria Conceitual	Título	Autores	Ano
1 Jovem “nem-nem”	1. Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil.	Vasconcelos, A.M; Ribeiro, F.G; Griebeler, M.C; Carraro, A.	2017
	2. As concepções de adolescente e as metáforas “ioiô”, “canguru” e “nem nem” como processos sociais.	Stênico, J.A.G; Adam, J.M.	2018
	3. Adulterez e o fenômeno nem-nem: gênero, educação e mercado de trabalho.	Paulino, D.S.; Dutra-Thomé, L.; Bendasolli, P.F.	2021
	4. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções.	Silva Junior, P.R.; Mayorga, C.	2018
	5. Significado do trabalho e busca de emprego para jovens nem-nem.	Paulino, D.S.; Bendasolli, P.F.	2017
	6. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados	Freire, D.G; Saboia, J.	2021
	7. Avaliação dos custos econômicos associados aos jovens nem-nem no Brasil.	Shirasu, M.R.; Arraes, R.A.	2020
2 Jovens e vulnerabilidade social	8. As implicações dos contextos vulnerabilidade social desenvolvimento infanto-juvenil: da família à assistência social.	Silva, A.J.N.; Costa, R.R.; Nascimento, A.M.R.	2019
	9. Percursos de jovens em contextos de vulnerabilidade social: um estudo longitudinal.	Brondani, R.P; Kostulski, C.A.; Missio, J.; Schmitt, F.M.; Arpini, D.M.	2021
	10. Juventude e resiliência: experiência com jovens em situação de vulnerabilidade.	Xavier, K.R.; Conchão, S.; Junior, N.C.	2011
	11. Adolescer em contextos vulnerabilidade e exclusão social.	Warpechowski, M.B; Conti, L.	2018
	12. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo.	Guareschi, N.M.F.; Reis, C.D.; Huning, S.M; Bertuzzi, L.D.	2007

	13. Participação social e subjetividade: vivências juvenis em uma comunidade vulnerável.	Anhas, D.M.; Silva, C.R.C.	2017
	14. Pesquisas com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no Brasil: Debates inacabados e novos dilemas.	Pessoa, A.S.G; Scorsolini-Comin, F.	2020
	15. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre – RS.	Gadea, C.A; Silon, J; Rosa, F.S.; Cezar, M.S.; Dick, H.	2017
	16. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis.	Germano, I.M.P.; Colaço, V.F.R.	2012
	17. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas.	Malvasi, P.A.	2008
	18. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhimento e subjetivação política.	Gomes, M.A.; Maherie, K.; Côrrea, B.	2022
	19. Juventude e Desamparo: relato de uma pesquisa intervenção.	Klautau, P.; Macedo, M.M.R.D.; Siniscachi, M.	2021
	20. O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social.	Klautau, P.	2017
3. Jovens e Políticas Públicas	21. Políticas públicas de trabalho destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica: produção acadêmica em periódicos brasileiros entre 2014 e 2019.	Campos, P.H.O; Reis, L.P.C.	2020
	22. Direito humano ao trabalho e políticas públicas de inclusão sociolaboral de jovens no Brasil.	Siqueira, E.S.; Spers, V.R.E.; Morais, L.A.	2019
	23. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres.	Silva, A. M. S.; Ximenes, V. M.	2019
	24. Formação profissional: as vivências dos jovens em um programa de aprendizagem.	Pessoa, M.C.B; Alberto, M.F.P.	2015
	25. Juventude como problema de políticas públicas.	Frezza, M.; Maraschin, C.; Santos, N.S.	2009
	26. Juventude e políticas públicas no Brasil.	Sposito, M.P.; Carrano, P.C.R.	2003

	27. Jovens, juventude e políticas públicas: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011).	Zanella, A.V.; Groff, A.R.; Silva, D.O.B.; Mattos, L.K.; Furtado, J.R.; Assis, N.	2013
	28. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil.	Nunes, M.B.A; Fernandez, C.B.	2016
	29. Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar. Como formular políticas públicas?	Rocha, E.; Costa, J.; Silva, C.B.; Posthuma, A.; Caruso, L.A.	2020

Fonte: Autoria Própria.

3.1 Jovens “nem-nem”: caracterização e conceituações

Os artigos incluídos nessa categoria apontam as características sociais e econômicas dos chamados jovens “nem-nem” de maneira específica e, ainda, esclarecem os motivos subjacentes a essa conceituação, que é, geralmente, mal utilizada ou não devidamente compreendida.

Dessa forma, apresentaremos, resumidamente, os principais pontos apresentados nestes estudos, com aproximações do nosso objeto de pesquisa com os autores analisados em relação aos nossos objetivos. Assim, o primeiro artigo analisado de Vasconcelos *et al.* (2017) traz a relação entre o Programa Bolsa Família e os jovens nem-nem entre 18 e 29 anos. Os autores concluem, por meio de dados do censo e métodos avançados de estatística, que ser beneficiário do programa reduziria as chances de que jovem seja “nem-nem”, principalmente entre a faixa masculina de extrema pobreza. Para corroborar essa tese, os autores afirmam que, ao receberem o benefício, podem consumir sem alocar tempo ao trabalho, o que aumentaria o tempo para estudo e lazer. As condicionalidades do Programa também favorecem a permanência de crianças e adolescentes na escola por mais tempo.

O artigo de Stênico e Adam (2018) analisou o termo “nem-nem” enquanto processo social que atua como instância simbólica de reprodução social, refletindo de modo direto nos conflitos vivenciados pelos jovens brasileiros. Vale destacar, na fala dos autores, que, embora eles se utilizem de dados estatísticos e quantitativos nesta pesquisa, estes são meros indicadores dos reais problemas: os indicadores educacionais apenas apontam que a educação tem como fator relevante o poder de criticidade na coletividade, favorecendo as lutas e mobilizações sociais. O jovem “nem-nem” passa por um processo de reclusão do mercado de trabalho e acesso à educação, restando o trabalho informal e sem garantias.

Embora se discuta a ampla possibilidade de escolha desses jovens, a escassez de empregos torna-os o segmento da população mais fragilizado.

A transição para a vida adulta ou adulez no fenômeno nem-nem é o tema de Paulino *et al.* (2021). O estudo objetivou investigar os fatores relacionados às condições “nem-nem” à luz do conceito de “adulez emergente” e as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Sobre o primeiro, os autores explicam que é um fenômeno observado em países industrializados em que jovens estão levando mais tempo para assumir papéis adultos tradicionais como ter relacionamentos amorosos e trabalho estável. Destaque para três características desses jovens nesse processo de inserção no mundo adulto: 1) investem mais tempo nos estudos e na qualificação profissional em busca de um trabalho satisfatório e bem remunerado; 2) trocam, frequentemente, de trabalho pela falta de compromissos em longo prazo que vivenciam até em torno dos 30 anos; 3) buscam um trabalho sintônico com sua visão de mundo, não focado, exclusivamente em estabilidade financeira, mas, sobretudo, em satisfação pessoal, em uma lógica de “trabalhar para viver, e não viver para trabalhar”.

Assim, os autores irão concluir que a condição nem-nem seria uma espécie de junção entre dois elementos: contextos de inserção social dos jovens como família, escola, mercado de trabalho e as trajetórias individuais. Os dados do presente estudo revelam que existem condições concretas que estão bloqueando o caminho educacional e profissional dos jovens no Brasil. A busca de um trabalho satisfatório esbarra nas ofertas com pouca abertura para reflexão e escolhas. Parece predominar a visão de trabalho com fim utilitarista não focada na satisfação pessoal. Forma-se uma distância entre os planos futuros e a condição estrutural oferecida, o que atinge todos os jovens, favorecidos ou não economicamente. Minimizar com exemplos isolados como “jovem da favela virou médica” apenas revela um problema estrutural não só brasileiro, mas contrário ao que é proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e cientistas da área em todo o mundo que clamam por movimentos inclusivos e trabalho decente.

Investigando a relação entre trabalho e comportamento de busca de emprego para jovens nem-nem, Paulino e Bendassolli (2018) apontam uma tendência entre os jovens há mais tempo na condição de jovens nem-nem em atribuir conotação negativa ao trabalho e se envolverem menos em estratégias em busca de emprego. Essa associação entre variáveis demográficas e os constructos investigados tornam evidentes a complexidade do fenômeno e a importância da compreensão entre fatores pessoais e contextuais. Na visão dos autores,

um fator em específico, o significado do trabalho poderia ser um fator psicossocial capaz de contribuir para a explicação da condição de jovem nem-nem. Embora o trabalho se destaque para jovens de baixa condição pelo fato de oferecer consumo, lazer e mudança social, essas ocupações são, geralmente, marcadas pela precarização e informalidade.

Jovens com baixa escolaridade envolvem-se menos em busca de emprego justamente por esta não ser suficiente para atender às exigências do mercado. Uma alternativa apontada pelos autores ao discurso do senso comum de que esses jovens nem-nem sofrem de “falta de iniciativa” é uma aproximação teórica maior com áreas de estudo como a Psicologia do Trabalho, que se preocupa com questões subjacentes à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Para Freire e Saboia (2021), os nem-nem podem ser divididos em dois grupos: inativos e desocupados. Em seu estudo, analisaram os determinantes para a condição de nem-nem com o intuito de avaliar os principais determinantes que levam os jovens a estarem nessa condição nem-nem em seu conjunto e em seus subgrupos de inativos e de desocupados; se houve alteração nesses determinantes entre 2004 e 2014, dadas as mudanças demográficas, econômicas e educacionais ocorridas no período; e se, em 2015, com a crise econômica iniciada em meados de 2014, houve alguma mudança nesses determinantes e na vulnerabilidade social e econômica desses jovens. Por ser um trabalho essencialmente quantitativo e estatístico, entre as principais conclusões apontadas por seus autores, destaca-se apenas a distinção entre inativos e desocupados. Ou seja, geralmente, estudos sobre jovens “nem-nem” enfocam apenas os inativos, isto é, não estão procurando emprego, são predominantemente do sexo feminino, têm baixo nível de escolaridade, domicílios pobres, com cônjuge e filhos, de cor preta ou parda.

O último artigo a ser analisado nesta categoria conceitual é o de Shirasu e Arraes (2020), que tem um viés totalmente economicista e seu objetivo foi avaliar as “implicações danosas” dos jovens nem-nem para a sociedade e economia. Entre as suas conclusões, chama a atenção o questionamento de que 36 bilhões de reais deixariam de ser “investidos” em diversas áreas sociais por culpa dos jovens nem-nem inativos e desempregados. Também chama a atenção os argumentos dos autores sobre “intervenções cada vez mais cedo nas escolas” como forma de resolver o problema.

Dos sete artigos analisados nesta categoria, apenas dois distanciaram-se dos objetivos pretendidos por este trabalho. O texto de Vasconcelos *et al.* (2017) não leva em

consideração que os valores repassados seriam insuficientes para uma melhor qualidade de vida desses jovens, sendo apenas um complemento temporário e não de caráter permanente e muito menos emancipatório. Atualmente, já se discute nos meios políticos uma transferência de renda permanente, sobretudo para as chamadas mães solteiras que se dedicam, exclusivamente, ao lar e aos filhos.

As políticas públicas, geralmente ínfimas e nunca atingindo a totalidade desses jovens, como reconhecem esses mesmos autores, serão analisados mais detalhadamente na terceira categoria de nossa pesquisa, mas, de antemão, discordamos de modo veemente ao limitar um problema que é profundamente psicossocial a um fator meramente econômico com um discurso neoliberal. Os demais artigos, embora diferentes em sua metodologia como, em alguns casos ao trabalhar mais dados estatísticos, não negligenciaram o caráter crítico e social do problema dos jovens “nem-nem”, considerados irretocáveis a nosso ver em suas contribuições, não necessitando comentários além dos já esboçados anteriormente em cada análise.

3.2 Jovens e vulnerabilidades psicossociais: subjetividades e dilemas

Em linhas gerais, podemos conceituar “vulnerabilidade social” conforme o entendimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), como situações em que indivíduos e famílias encontram-se impedidos de acessar um direito social, comprometendo a garantia de sua cidadania. Essa dimensão inclui aspectos que são, há um tempo, econômicos, institucionais e psicossociais. E esses aspectos subjetivos e objetivos se entrecruzam e se constituem. E por compreendermos que essas dimensões subjetivas e sociais não se dicotomiza é que utilizaremos, neste trabalho, o termo “vulnerabilidades psicossociais”, entendidas como “fragilidades psíquicas decorrentes de situações sociais injustas e opressoras que geram desamparo, sofrimento e violação de direitos.” (GOMES; MAHEIRIE; CORRÊA, 2022, p.3).

Os artigos aqui analisados foram escolhidos por seu enfoque na subjetividade, organização identitária e desenvolvimento psicossocial, especialmente em se tratando de populações menos favorecidas economicamente ou consideradas em situação de vulnerabilidade social, no caso deste trabalho, jovens e adolescentes. Embora sejam dados diferentes enfoques à noção de vulnerabilidade social, o que os unifica é a ideia de que é preciso uma trama de relações sociais articuladas de modo denso no qual transitam pessoas e coletividades em seus ambientes físicos e sociais. (GERMANO; COLAÇO, 2012).

Brondani *et al.* (2021) partem da compreensão dos significados atribuídos por jovens em contextos de vulnerabilidade social aos seus percursos de vida. Afirmam a existência de uma crise psicológica atrelada a uma crise social no contexto das adolescências. É um momento de intensos conflitos e crise de referenciais, perspectivas, identidade e personalidade entrelaçados ao cenário social de pertencimento. Se o próprio fato de se construir no mundo e expressar angústias e desejos coloca os jovens em posição vulnerável, o que dizer daqueles que experimentam isso em condições sociais adversas? Nesse sentido, ressaltam os autores, é preciso considerar os efeitos da vulnerabilidade social na dimensão subjetiva, uma vez que pobreza econômica também é pobreza simbólica, estigmatizando e rotulando os jovens.

É preciso quebrar as barreiras do estigma e do preconceito sobre as periferias, os jovens nem nem, não as reconhecendo apenas como locais de violência, mas sim como locais de potencialidades, de cultura, de pertencimento, de constituição identitária e de afetos. Ações e intervenções desconectadas desses contextos e marcas de diferentes trajetórias de vida podem não ser efetivas e resolutivas, daí a necessidade maior de políticas públicas, pensadas e articuladas em consonância com as demandas e as características dos diferentes territórios.

Guareschi *et al.* (2007) problematizam a condição de vulnerabilidade social dos jovens como propulsoras de políticas públicas. Embora seus autores pertençam à área da Psicologia, as críticas neste texto são mais voltadas aos aspectos políticos e sociais. Na concepção de seus idealizadores, a Psicologia, enquanto prática do saber que problematiza e transforma a experiência e o próprio sujeito, aponta para configurar novos saberes, novos contornos e novos fundamentos para essas práticas. A condição de vulnerabilidade aqui não é vista como característica própria do sujeito, mas resultante de uma combinação de arranjos sociais e políticos que vão incidir sobre este.

O sistema capitalista produz diferentes dispositivos de marginalização, o que inclui as condições de produção para o mercado de trabalho. Distantes dessa condição de acesso a um emprego formal, muitos jovens passam a ser visibilizados como vulneráveis por programas de políticas públicas. Embora ocorram em espaços visíveis de pobreza, essas práticas nos levam a refletir sobre os modos de subjetivação que são produzidos por determinados discursos. Produzidos historicamente, tais discursos estão intimamente ligados às ciências do comportamento e à psique. Dessa forma, jovens considerados fora de situações mínimas

socialmente estabelecidas, emergem preocupações de políticas públicas no intuito de propor alternativas. Se estas são vistas como concessões benéficas aos jovens, por outro lado, é questionável por normatizar a ordem social hegemônica e estigmatizar as populações atendidas.

Logo, é por meio da produção do sentido, isto é, de como as pessoas compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta, que os jovens vão situar as práticas cotidianas em relação a determinados discursos hegemônicos, como o da vila e periferia como lugar perigoso e violento. É a prática cotidiana que condiciona a produção de sentido da situação de vulnerabilidade. Os discursos tomam os adolescentes da vila como o “outro”, situado fora do padrão, não normalizado. Sentidos produzidos sobre as condições de vulnerabilidade social remetem a marcadores identitários (ser pobre, negro, morador da vila, etc.). Quando estes são os únicos em que tais jovens passam a ser reconhecidos, podem limitar suas possibilidades de outras marcas que não as de população vulnerável.

As identidades são construídas em redes discursivas, não em essências. Não é algo subjetivo, mas construído pela alteridade, pela diferença. Ao se entender essas identidades como modo de inscrição em uma rede discursiva, os autores ressaltam que elas criam aparatos técnicos não para apagá-las, mas, sim, para capturá-las como uma diferença que deve ser regulada, controlada e administrada. Quando jovens são inscritos como vulneráveis por programas de políticas públicas, são aceitos pelas marcas identitárias.

Em síntese, os autores concluem que, para uma efetiva “superação” das condições de vulnerabilidade, entendida como condição de desigualdade e não mera produção de sujeitos padronizados, é necessário que se questionem, cada vez mais, conceitos que definem e engessam posições sociais. Mesmo com a importância da objetivação em termos conceituais ao falar em vulnerabilidade, é importante uma análise dos efeitos produzidos por essa enunciação, em que, a cada tempo e lugar, produzem-se novas populações vulneráveis e de muitas vezes, com a intenção de ajudá-las, impedem que deixem de sê-lo.

Gomes, Maheirie e Corrêa (2022) trazem reflexões sobre as potencialidades do método de dispositivo grupal na constituição subjetiva, compreendendo-o como uma profícua ferramenta de intervenção psicossocial de escuta, acolhimento, fortalecimento comunitário e protagonismo político. É o único artigo que utilizou o termo “vulnerabilidade psicossocial” conceituando-a como uma fragilidade psíquica decorrente de situações sociais injustas e opressoras que geram desamparo, sofrimento e violação de direitos.

Segundo os autores, a ética de escuta do sujeito em contextos de vulnerabilidades sociais precisa do rompimento com a tutela, disciplina, obediência ao procedimento burocrático e guiar-se na busca de vitalidade desses sujeitos, na sua persistência mesmo diante da dor e de situações sociais críticas. Quando iniciou o trabalho grupal com os jovens da periferia, seus autores apostam no caráter tanto subjetivo quanto político, ou seja, que fosse ao mesmo tempo promotor de saúde psíquica e cidadania, mas também de reflexão sobre as relações de dominação inerentes à lógica do sistema neoliberal.

Concluindo, esse tipo de intervenção, apontam os autores, opera como um micro espaço de produção de diferenças sutis e importantes na promoção de uma vida satisfatória, prazerosa e politizada. Nesse contexto, a Psicologia reinventando estratégias focadas no sofrimento ético-político, constrói brechas de resistência às múltiplas formas de opressão contemporâneas, atuando na promoção de desejos e direitos humanos.

A pesquisa de Klautau, Macedo e Siniscalchi (2021), a exemplo de outros artigos já mencionados, focou em um grupo de jovens matriculados em uma ONG dedicada ao ensino de música clássica para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. O conceito de desamparo utilizado por suas autoras traduz-se na especificidade dos jovens da chamada camerata, expostos a dois tipos de vulnerabilidades: um próprio da condição adolescente, na qual a dimensão da perda é significativa, e outro próprio da situação de vulnerabilidade social na qual se encontram.

Dentro da perspectiva do campo psicanalítico, marcada por uma forte incerteza de futuro ou mesmo a privação de um futuro, essa juventude terá dificuldades no trabalho de luto necessário para a saída do registro da perda e construção de um futuro. Em suas conclusões, as autoras consideram a psicanálise como estratégica quando se desenvolvem atividades grupais, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Os impactos positivos decorrentes de tais ações, frutos do alargamento da aplicabilidade da psicanálise, visando, especialmente, à sua utilização nos espaços sociais, são destacados por diversos psicanalistas, com ênfase na extrapolação do âmbito clínico, chegando a produzir efeitos também políticos.

Por fim, a última obra analisada em nossa categoria conceitual é novamente de Klautau (2017) e também enfatiza o método psicanalítico na construção de espaços de escuta para jovens em situação de vulnerabilidade social. A juventude é um período marcado por vulnerabilidades, o plural aqui tem a intenção de apontar as três principais:

econômica, social e subjetiva, intimamente relacionadas, mas independentemente de qual delas é examinada, a vulnerabilidade sempre remete à insegurança, à incerteza e à exposição a riscos, ressalta a autora.

Além delas, a vulnerabilidade traz a ideia de desvantagem e desigualdade no que se refere ao acesso às condições de promoção e garantia de cidadania, assumindo uma caracterização social. Ganhando *status* de conceito complexo e multifacetado, a vulnerabilidade social vem se estruturando cada vez mais sob novos olhares. Para não correr riscos nessa multiplicidade de sentidos, a autora alerta para duas indagações principais: qual é a abrangência de uma situação de vulnerabilidade social? Quais são as consequências de se atribuir a condição de vulnerabilidade social a um jovem?

Em todos os artigos anteriormente analisados, concordamos com Klautau (2017) ao afirmar que vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, indo bem como questões ligadas a preconceitos, à falta de escolaridade, à violência doméstica e urbana que, além de determinarem algum tipo de desigualdade em termos de inserção social, evidenciam uma série de marcas identitárias produzidas pela condição de vulnerabilidade social: ser pobre, ser negro, ser da periferia, ser analfabeto e/ou ser morador de comunidade. Conforme vimos, rótulos podem determinar lugares sociais que estigmatizam e produzem a inscrição de marcas identitárias cujas repercussões ultrapassam o plano econômico e social e acabam causando efeitos na dimensão subjetiva.

Na categoria conceitual de Jovens e Vulnerabilidade Social, tivemos um trabalho mais detido e extenso: foi a categoria com mais estudos analisados e a mais condizente com nossos objetivos. Em sua quase totalidade, os autores se distanciaram de uma visão naturalizante, buscando contextualizar e discutir sobre estigmas, construção de identidade, questões sociais e políticas que permeiam a juventude atual. Mas esse distanciamento também guarda distinções entre os próprios autores: os de caráter psicanalítico objetivam um olhar mais individualizado para as diversas subjetividades, sobre os reflexos da sociedade atual na construção do sujeito enquanto as de caráter mais sócio-histórico trazem um viés mais crítico e voltado às questões sociais.

Embora com perspectivas diferentes, os autores alertam para enxergarmos a adolescência e a juventude em si mesmas, não mais como dados estatísticos, “projetos sociais” e sim outro ser humano em situação que demanda não apenas uma carência material, mas vemos a vulnerabilidade psicossocial como uma construção humana na

sociedade contemporânea que será melhor enfrentada sob novos olhares e nuances de atuação, sobretudo na Psicologia.

3.3 Jovens e Políticas Públicas: a “inclusão excludente”

Iniciando a última categoria conceitual de nosso trabalho, o artigo de Campos e Reis (2020) propôs-se a apresentar e discutir a produção acadêmica brasileira sobre as políticas públicas direcionadas a jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da análise de artigos publicados em periódicos brasileiros produzidos entre 2004 a 2019. Apenas dez desses artigos foram lidos na íntegra e por meio dessas leituras, foram obtidas categorias de discussão como concepção de juventude, o conceito de “trabalho decente” e a condição dos jovens “nem-nem”. Entre as conclusões dos autores, fica evidente que, embora as políticas públicas de trabalho e transferência de renda para os jovens e as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica sejam importantes, são medidas paliativas que não contemplam a redução da desigualdade social e concentração de renda que deveriam ser mais bem combatidas por meio de reformas e combates a privilégios.

O objetivo do artigo de Siqueira, Spers e Morais (2019) é analisar os limites e as potencialidades de programas governamentais como políticas públicas facilitadoras de direitos humanos aos jovens. Dentre os resultados deste estudo, seus autores admitem que políticas públicas de trabalho voltadas para essa juventude têm permitido uma inclusão laboral, por meio da capacitação de pessoas, ampliando possibilidades de emprego e renda. Mas ressaltam que as mesmas políticas, ao focarem no jovem de baixa renda, reproduzem parâmetros de desigualdade social, já que limitam a formação desses jovens a processos profissionalizantes que nem sempre conduziram a uma formação mais integral que proporcione trabalhos mais complexos e mais bem remunerados, caracterizando-as como políticas de “inclusão excludente.”

Silva e Ximenes (2019) irão problematizar discussões sobre juventude, pobreza e políticas públicas, por meio de questões centrais para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais, por parte dos jovens. Entre suas considerações finais, os autores notaram um contraste entre a percepção do discurso presente na política pública e o protagonismo juvenil em seu cotidiano, discutido na seção anterior deste trabalho, fazendo-se necessário repensar as intervenções e a práxis psicossocial com os mais jovens, escutando-os e ajudando-os a construir caminhos em direção à transformação social. É de suma importância

refazer esse olhar superficial do jovem “teimoso ou rebelde”, por meio de uma nova leitura que ultrapasse a visão psicossocial do jovem pobre, reconhecendo que o psiquismo também é constituído dialeticamente com o contexto histórico-social.

Frezza, Maraschin e Santos (2009) se propuseram a discutir as concepções de juventude expressas no Consórcio Social da Juventude (CSJ), projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) e desenvolvido pelo Governo Federal em 2003. A partir de análises de enunciados presentes em documentos do CSJ, as autoras encontraram quatro diferentes concepções de juventudes: *juventude voluntária*, *juventude digitalizada*, *juventude trabalhadora* e *juventude vulnerabilizada*.

As análises dessas quatro concepções de juventude, bem como de suas práticas discursivas, apontam que as políticas públicas delineiam os jovens como mais passíveis de ser origem e causa de problemas sociais. Concepções de juventude trabalhadora e juventude digitalizada possibilitaram às autoras destacarem a invisibilidade conferida aos jovens de baixa renda, seja por meio de projetos limitados de inclusão digital, seja na contratação em funções incapazes de produzir novos sentidos.

Concepções de juventude vulnerabilizada e juventude voluntária traz uma ambiguidade identitária, uma vez que recaem sobre esses jovens, dito vulnerabilidade, expectativas de superação pessoal e social. Subentende-se que quem está vulnerável não precisa ser necessariamente jovem, mas precisa fazer parte de uma parcela da sociedade que se sente em risco em função de uma virtual marginalização projetada à juventude foco de políticas públicas. Contudo, as autoras apontam que o CSJ desenvolveu estratégias que consideravam os jovens em sua diversidade, produtoras de novos sentidos e modos alternativos de ser jovem.

O artigo de Sposito e Carrano (2003) traz um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, examinando as ações federais no período de 1995 a 2002 e também municipais na constituição dessas políticas. Um ponto importante e singular, levantado pelos autores, relaciona-se ao conceito de representação de Henri Lefebvre: não há como separar o externo (como coisa) e as representações internas que são contemporâneas à subjetividade tanto na história quanto na gênese do individual na escala do social. As representações “não são falsas nem verdadeiras, mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que

dissimulam objetivos ‘reais’” (LEFEBVRE, 1980, p. 55 apud SPOSITO; CARRANO, 2003).

Como esclarecem os autores, as ações e programas de políticas públicas não sofrem apenas os efeitos de concepções, mas podem provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, políticas públicas de juventude não seria apenas um retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas ações ativas de produzir novas representações.

Na análise do conjunto de programas e projetos mais ou menos intensamente focados nos jovens, as conclusões dos autores são desanimadoras: mais da metade foi implantada somente nos últimos cinco anos do período em estudo revelando uma trajetória incipiente e fragmentada de formulação de políticas públicas para a juventude. Políticas de focalização no combate à pobreza, projetos isolados, sem avaliação, inexistência de um desenho institucional mínimo substituíram políticas de caráter universal. O balanço geral sobre os 33 programas e projetos federais, especialmente naqueles voltados a jovens maiores de 18 anos, permite afirmar que não existem canais democráticos de debates e participação para formular, acompanhar e avaliar essas ações, concluem os autores.

Todas essas considerações remetem para um eixo problemático de interesse não só dos próprios autores analisados, mas também dos nossos: na implementação e na avaliação das políticas públicas federais e até municipais, isto é, o modo como são estabelecidas as relações como os próprios segmentos juvenis aos quais se destinam, serão estes parceiros e atores relevantes ou apenas usuários potenciais desses programas? É com razão que os autores irão apontar uma distinção entre políticas de feição *corretivo* ou *compensatório* daquelas que seriam transformadoras, pois somente estas poderiam incorporar os jovens nos processos de socialização civil. (SPOSITO; CARRANO, 2003, grifo nosso).

Zanella *et al.* (2013) fazem uma breve discussão da produção acadêmica entre 2002 e 2011 sobre jovem, juventude e políticas públicas, divulgadas em periódicos científicos brasileiros como o SciELO. Entre as principais observações das autoras, destacamos o fato de que há poucos estudos sobre políticas públicas e juventude debatendo questões contemporâneas como gênero, homofobia, inclusão digital e violência urbana e, ainda, uma inexistência de produções que abordam jovens rurais e indígenas. Em relação às concepções de jovem e juventude e nas possibilidades oferecidas a estes nas políticas públicas, observaram uma ênfase destas últimas nos chamados jovens em situação de risco,

corroborando o que alguns estudos vêm questionando sobre o modo como o jovem é visto: alvo de preocupações, vítima de problemas e foco de políticas públicas repressivas e preventivas.

Para as autoras, o uso de expressões como fase da vida, fase de transição, estágio etc. denotam o jovem como um vácuo desprovido de direitos, deveres, limites ou possibilidades de existência, em uma perspectiva de construção subjetiva em estágios ou fases. Nesse sentido, não se pode mais falar de homogeneização, embora existam características biológicas e subjetivas semelhantes entre sujeitos, pois contrapõe-se a multiplicidade de experiências juvenis e singularidades que os conotam.

No texto de Nunes e Fernandez (2016), as autoras buscam compreender a forma como são conduzidas as políticas de trabalho e emprego para os jovens brasileiros, a concepção de juventude aparece baseada no Conselho Nacional de Juventude (2006), que a entende como o período da vida situado entre os 15 e 29 anos de idade, mas considerando também a diversidade e as singularidades das juventudes. Afirmam que a compreensão de política pública está relacionada com a maneira de se entender o Estado, pois é comum definirmos políticas públicas como um conjunto de ações por meio do qual o Estado interfere na realidade, geralmente objetivando atacar um problema específico. Mas “essa definição se mostra um tanto simplista, uma vez que trata o Estado como um ator que opera de forma autônoma e beneficia a sociedade como um todo através de suas ações.” (SERAFIM, 2011, p. 315 apud NUNEZ; FERANDEZ, 2016).

As autoras também afirmam que a principal característica é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não por ser estatal coletiva e muito menos individual. Assim, política pública é concebida como estratégia pensada, planejada e avaliada por meio de uma racionalidade coletiva em que tanto Estado quanto sociedade desempenham papéis ativos, envolvendo diferentes atores.

Embora endossam as políticas públicas voltadas ao trabalho para jovens ao longo de praticamente todo o seu texto, distanciando-se nesse sentido da criticidade de alguns dos textos anteriores, as autoras lembram que a juventude possui uma complexidade de situações que irão expressar diferentes modos de vida de cada jovem, não sendo recomendável pensar-se em linearidade quando o assunto é educação e trabalho, já que cada jovem seguirá seu percurso conforme determinantes sociais e culturais em que se insere.

Outro ponto discutível, a nosso ver, neste artigo é que apesar de reconhecerem que o próprio relatório do Conselho Nacional da Juventude (2006, p. 27-28 apud NUNEZ; FERNANDEZ, 2016) foi contundente ao afirmar que no Brasil há uma “perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos” e ainda que o estágio continue sendo apenas “um modo de as empresas acessarem mão de obra de relativa qualidade, a baixo custo, com muito pouco controle sobre o que esta atividade pode proporcionar ao jovem, em termos de formação e vivência profissional” as autoras ainda acreditam na centralidade da educação e no trabalho como “grande solução” para os jovens em situação vulnerável, mesmo com todos os impasses, dificuldades existentes na constituição e implementação das políticas de trabalho e emprego voltado aos jovens.

O último trabalho a ser analisado e não aleatoriamente, já que sintetiza perfeitamente as três categorias conceituais em nosso trabalho, haja vista o próprio título Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: Como formular políticas públicas? de Rocha *et al.*(2020) irá analisar as vulnerabilidades daqueles que se encontram sem trabalhar e sem estudar, discutindo como o reconhecimento dessas pessoas pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais adequadas para os jovens que se encontram nesta situação. Um dos pontos-chave deste trabalho é a heterogeneidade dos jovens que estão sem estudar e trabalhar: cada “subgrupo” possui um grau de vulnerabilidade.

Em 2018, a publicação dos principais resultados do *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?* (NOVELLA *et al.*, 2018 apud ROCHA *et al.*, 2020) trouxe um novo dado importante: entre os jovens, mesmo aqueles em situação de nem-nem, há o desejo de obter nível superior e um bom emprego no mercado, mas a expectativa de alcançar tais objetivos é menor para tais jovens sem estudo e sem trabalho.

Este grupo apresenta uma crença menor de controle sobre sua vida e em sua habilidade de resolver problemas e, também, menores indicadores de autoestima e perseverança. As autoras do estudo afirmam que, apesar de não observarem uma relação causal, os resultados indicam que o investimento em habilidades socioemocionais pode ser fator importante de superação desses obstáculos e que uma exploração maior desses dados

permite entender essas diferentes situações de vulnerabilidades dos jovens sem estudo e sem trabalho, o que só corrobora o objetivo principal do nosso próprio trabalho.

Assim, para os autores, três aspectos principais se fazem presentes na configuração dos chamados jovens que estão sem estudar e sem trabalhar: *transitoriedade*, isto é, os jovens transitam entre as situações de estudo e trabalho de forma não linear, em que estudar e/ou trabalhar e/ou não realizar essas atividades são estados alternáveis em suas vidas; *heterogeneidade*, emergindo em estudos internacionais sete subcategorias entre os jovens em situação “nem-nem”: 1) reentrantes; 2) desempregados de curto prazo; 3) desempregados de longo prazo; 4) jovens indisponíveis por incapacidade ou doença; 5) responsabilidades familiares; 6) desencorajamento (desistiram de procurar emprego diante de inúmeros insucessos) e 7) jovens inativos voluntária ou involuntariamente.

Discutir, vulnerabilidade, cujo grau varia em função do tempo em que o jovem permaneceria na situação “nem-nem”. Jovens desempregados há mais tempo correm elevado risco de exclusão social, podem desvalorizar-se e, pior, ter sua saúde mental comprometida de forma irremediável. Além disso, podem se tornar desencorajados, já que, tendo desistido do estudo e trabalho, dificilmente são alcançados por políticas públicas, sendo excluídos socialmente ao longo de suas trajetórias.

Jovens indisponíveis por responsabilidades familiares, na grande maioria mulheres responsáveis pelo cuidado de filhos ou familiares adultos doentes, idosos ou com incapacidades possuem vulnerabilidade alta, pois, para voltar ao trabalho e à escola, necessitaria contar com oferta de serviços públicos de cuidados ou pagar para cuidar dos familiares. Finalmente, não é possível determinar o tipo de vulnerabilidade dos “outros inativos” porque esse subgrupo reúne jovens com razões muito diversas para permanecer nessa situação: tanto podem ter elevada vulnerabilidade quanto estar nem-nem porque escolheram seguir caminhos alternativos.

Assim, as diferentes políticas públicas de emprego e mercado de trabalho dirigidas aos jovens vulneráveis compartilham de um mesmo problema: a necessidade de considerar, em seus desenhos, todas essas configurações. O reconhecimento dessa heterogeneidade do grupo de jovens “nem-nem” coloca em xeque intervenções baseadas em diagnósticos tradicionais como vincular os problemas de inserção dos jovens no mercado de trabalho apenas à formação e qualificação inadequadas e à falta de experiência profissional. Sem desconsiderar a importância desses programas, o que os autores apontam é a

desconsideração do outro lado das diferentes razões que levam os jovens a vivenciarem situações longas de inatividade e, nesse sentido, esses programas não alcançaram seus objetivos.

É fundamental, pontuam os autores, que as políticas públicas voltadas para os jovens que estão na situação de “nem-nem” ajudem, de fato, a romper o círculo vicioso da desigualdade de renda, gênero, raça e acesso à educação de qualidade. Integrar essas visões de diferentes vulnerabilidades torna-se, ainda mais, importante na atual pandemia da Covid-19 na formulação de políticas públicas, já que esse contexto ampliou as desigualdades, ao fechar escolas e universidades, provocando efeitos adversos tanto no acesso quanto na qualificação.

Concluindo essa seção, em sua esmagadora maioria, foram críticos em apontar diversas falhas quando se trata de políticas públicas voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial. As políticas públicas geralmente não atacam a raiz do problema ou não cumprem nem de longe seus objetivos. São mal formuladas, fragmentadas e não leva em consideração uma participação em termos subjetivos do seu público-alvo. São feitas por adultos, muitas vezes, completamente alheios e insensíveis ao mundo desses jovens. E mesmo se formuladas por jovens, dificilmente elas avançaram por falta de treinamento, orientação e liberdade de decisão pelos órgãos competentes.

Diante disso, autores como Frezza, Maraschin e Santos *et al.* (2013) apontam alternativas possíveis a esse impasse como: necessidade de considerar não mais juventude e sim juventudes e desenvolver mecanismos e estratégias de participação dos próprios jovens no planejamento, na execução e análise dos programas, por exemplo.

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar de que forma a vulnerabilidade psicossocial influencia a juventude a não estudar e a não trabalhar, decorrendo os seguintes objetivos específicos: conceituar o aspecto multifacetado da vulnerabilidade psicossocial; discutir acerca da relação entre vulnerabilidade e juventude e refletir sobre as possíveis soluções em políticas públicas para enfrentamento dessa condição entre os jovens.

Em todas as categorias de análise deste estudo aponta que, para as políticas públicas em segmentos distintos da sociedade como forma de combater as vulnerabilidades psicossociais, seja por meio de grupos de apoio, acesso a educação, ofertas de cursos e empregos, rodas de conversa, escuta atenta e sem julgamentos, do método do trabalho em fazer psicologia, de abordar todo o sofrimento psíquico desses jovens com empatia, respeito e ética.

É preciso enxergar o jovem em situação de vulnerabilidade psicossocial não apenas como “um jovem que nem estuda nem trabalha”, como “jovem de projeto” ou “jovem em situação de risco”, mas, simplesmente, como outro ser humano que sofre que se angustia que precisa ser acima de tudo lembrado, reconhecido e auxiliado sem estigmas, rótulos e marcações identitárias do lugar onde vive.

A Psicologia como ciência é envolvida com o aspecto afetivo, emotivo e subjetivo das pessoas será decisiva na mudança de postura na formulação de políticas públicas voltadas aos jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial. Antes de vermos como negros, pobres, de periferia, analfabetos precisaram escutar solidarizar-se com problemas que não decorrem tão somente de sua situação social e econômica, mas agrava-se se não houver uma atenção maior da subjetividade desses jovens.

Por fim, o sofrimento psíquico, afetivo e mental afeta muito dos jovens que estão sem estudar e sem trabalhar, e é constatado nessa revisão integrativa, não somente da área da Psicologia, mas das outras áreas de Ciências Humanas e Sociais. A capacidade desses jovens em face de inúmeras vulnerabilidades psicossociais pode e precisa ser incentivada, não apenas pelos psicólogos, mas por todos os profissionais envolvidos na área de saúde mental, cidadania e direitos sociais. Sem essa devida atenção, de nada adiantaram as políticas públicas nem ações e programas do Estado, conforme vimos.

05. REFERÊNCIAS

ANHAS, D.M.; SILVA, C.R.C. Participação social e subjetividade: vivências juvenis em uma comunidade vulnerável. **Psic. teor. prat.**, São Paulo, v.19, n. 3, p. 139-148, set./dez. 2017.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872017000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. Crenças de carreira na transição do ensino superior para o trabalho. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 133-142, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902018000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 abr. 2022.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S. Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. **Saude soc.**, v.15, n.3, p.115-130, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RTHPSJfwvzbzrvJ87p6XDLsq/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 abr. 2022.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRONDANI, R.P. *et al.* Percursos de jovens em contextos de vulnerabilidade social: um estudo longitudinal. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

CAMPOS, P.H.O.; REIS, L.P.C. Políticas públicas de trabalho destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica: produção acadêmica em periódicos brasileiros entre 2004 e 2019. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/49059>. Acesso em: 02 mai. 2022.

CASTRO, M. G. & ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cad. Pesqui.**, n. 116, p. 143-173, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TvShMLYjsKJ8FDZfbBVrMKN/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FREIRE, D.G.; SABOIA, J. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Econ. Soc.**, v. 30, n. 3, p. 811-844, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/KDLZCkr5QY6PJ7kStWDDmCB/?lang=pt>. Acesso em: 02 mai.2022.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 313-323, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

GADEA *et al.* Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre – RS. **Sociologias**, v.19, n. 45, p. 258-299, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/5thKstnMBPgMZD3VPNtsb3Q/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

GERMANO, I.M.P; COLAÇO, V. F. R. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 17, n. 3, p. 381-387, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/SftmCLBH4yfxB9Bs5rkMXfg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2022.

GOMES, M.A.; MAHEIRIE, K.; CÔRREA, B. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhimento e subjetivação política. **Psic. estud.**, v. 27, e47375, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/W7QtDsWyWXJcygBQdR9xkRP/#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

GUARESCHI, N.M.F. *et al.* Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

JACKMAN, D.; MACPHEE, D. **Self esteem and future orientation predict adolescents' risk engagement**. *Journal of Early Adolescence*, p. 1-28. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280881070_SelfEsteem_and_Future_Orientation_Predict_Adolescents'_Risk_Engagement. Acesso em 03 abr. 2022.

_____. Decreto nº 9.306 de 15 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm. Acessado em 01 de março de 2019.

KLAUTAU, P. O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 113-127 mar. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p113.8>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/z4bkybWr9b7nGWdtvyqcDRH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

KLAUTAU, P.; MACEDO, M.M.D.R.; SINISCALCHI, M. Juventude e Desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. **Educ. Real.**, v. 46, n. 1, e109164, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/yzPZbZS7LWRwZ4cQd5xYrpy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MAHEIRIE, K. *et al.* Concepções de juventude e política: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 335-342, 2013.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a20.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

NUNES, M. B. A.; FERNANDEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para o jovem no Brasil. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100064&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

PAULINO, D.; BENDASSOLLI, P.F. Significado do trabalho e busca de emprego para jovens nem-nem. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 36, n. 2, p. 373-388, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179447242018000200373&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

PAULINO, D.; DUTRA-THOMÉ, L.; BENDASSOLLI, P.F. Adulterez e o fenômeno nem- nem: gênero, educação e mercado de trabalho. **Rev. bras. orientac. prof**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 1-15, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902021000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

PESSOA, A.S.G; SCORSOLINI-COMIN, F. Vulnerabilidade social no brasil: debates inacabados e novos dilemas. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 21, n.1, p. 1-5, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

PESSOA, M.C.B.; ALBERTO, M.F.P. Formação profissional: as vivências dos jovens em um programa de aprendizagem. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 02-20, jun. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.

PNAD CONTÍNUA/IBGE, Amostra de adolescente sem estudo e sem trabalho. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa_nacional_por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROCHA, E., *et al.*, Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: Como formular políticas públicas? **Novos Estud. CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.3, p.546-562, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/VHJ6mzWBFg3Qt4JDwxGj8pk/#:~:text=Ficar%20sem%20estudar%20e%20sem.depress%C3%A3o%2C%20baixa%20autoestima%20e%20preconceito>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SAMPAIO, R.C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356082408_Analise_de_conteudo_categorial_manual_de_aplicacao/citation/download. Acesso em: 13 abr. 2022.

SCOTT *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682018000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 abr. 2022.

SHIRASU, M.R.; ARRAES, R.A. Avaliação dos custos econômicos associados aos jovens nem-nem no Brasil. **Brazil. J. Pol. Econ.**, v. 40, n.1, p. 161-182, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xKjbk5gzLqrHgZs37jMwJTG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA, A.J.N.; COSTA, R.R.; NASCIMENTO, A.M.R. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infanto-juvenil: da família à assistência social. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-17, jun. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082019000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA, A.M.S; XIMENES, V.M. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v.14, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082019000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA JUNIOR, P.R.; MAYORGA, C. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 10-23, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231892822019000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

SIQUEIRA, E.S.; SPERS, V.R.E.; MORAIS, L.A. Direito humano ao trabalho e políticas públicas de inclusão sociolaboral de jovens no Brasil. **Revista Jurídica da Ufersa**. Mossoró, v.3, n. 6, p.140-157, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/7807>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SOUZA, M. T., SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, n 11, p. 102-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p.16-39, set./dez., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpODsJ8vsJHLh/?lang=pt#>. Acesso em 02 mai. 2022.

STENICO, J.A.G; ADAM, J.M. As concepções de adolescente e as metáforas “ioiô”, “canguru” e “nem nem” como processos sociais. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 276–288, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4101>. Acesso em: 02 mai. 2022.

VASCONCELLOS et al. Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”: Evidências para o Brasil. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v.71, n.2, p. 233-257, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/VBjMwpKkDYdQb3XhPFx56wR/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mai. 2022.

WARPECHOWSKI, M.B.; DE CONTI, L. Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 322-343, ago. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282018000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

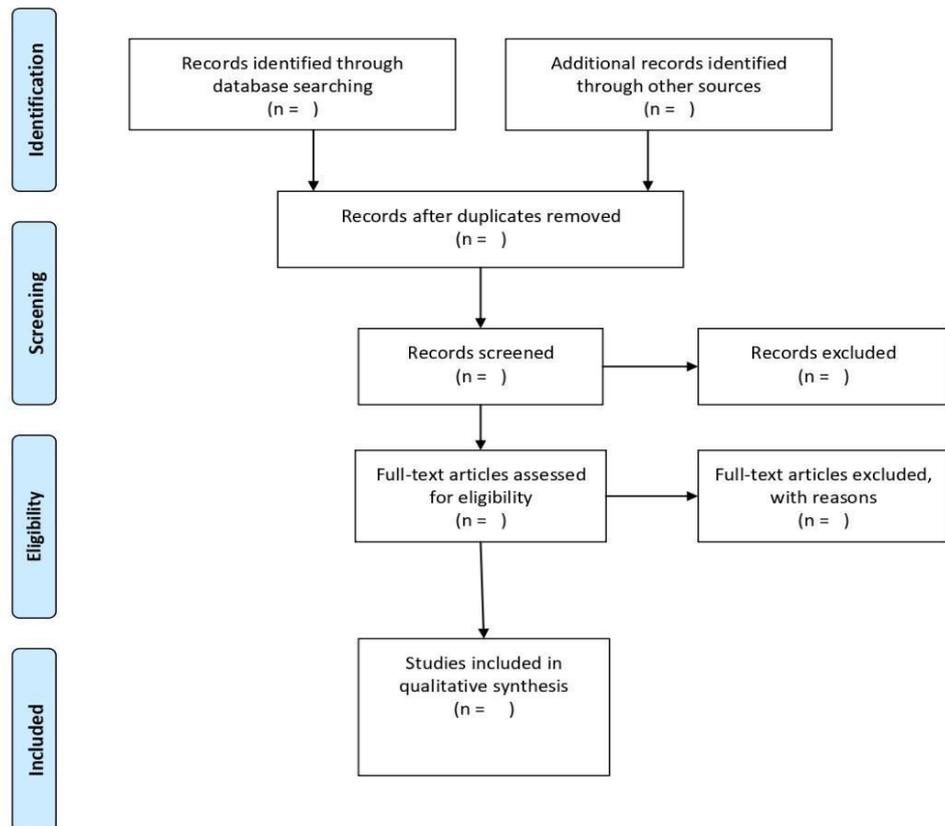
XAVIER, K.R.; CONCHÃO, S.; JUNIOR, N.C. Juventude e resiliência: uma experiência com jovens em situação de vulnerabilidade. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 140-145, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412822011000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 mai.2022.

ZANELLA, A. V. *et al.* Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 2, p. 327-333, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2013000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mai. 2022.

ANEXOS



Atividade pratica 5 Completar Fluxograma PRISMA completo



From: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(7): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed.1000097

For more information, visit www.prisma-statement.org.